

**COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA**  
**DELIBERAÇÕES, ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS**

**Siglas utilizadas**

CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
SC	Subcomissão
SE-CNPI	Secretaria Executiva da CNPI

**1ª Reunião Ordinária (Brasília, 4 e 5 de junho de 2007)**

- Nada a mencionar

**1ª Reunião Extraordinária (Brasília, 12 e 13 de julho de 2007)**

Propostas aprovadas e outras deliberações	Situação
Moção à plenária da CNPI solicitando a revogação da Portaria n. 2711 que cria comissão para avaliar demandas relacionadas com a demarcação de <i>terras indígenas</i> em Santa Catarina (aprovada).	
Deliberação no sentido de que a Funai estabeleça regra para emissão de “certidões negativas”.	
<u>SC de Etnodesenvolvimento</u> – realizar oficina para avaliar os programas e ações do governo federal relacionados com a idéia de etnodesenvolvimento.	
<u>SC de Assuntos Legislativos</u> – levantamento de todas as proposições legislativas referentes aos povos indígenas tramitando no Congresso nacional.	
<u>SC de Assuntos Legislativos</u> - Elaboração de parecer sobre as proposições legislativas, a ser apresentado a CNPI para aprovação e, posteriormente, encaminhado a Presidência da República como subsídio para orientar a base parlamentar do governo federal.	
<u>SC de Assuntos Legislativos</u> - Deliberação no sentido de que o <i>Anteprojeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas</i> elaborado pelo Poder Executivo seja considerado para a discussão do novo estatuto dos povos indígenas – Substitutivo aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, PL 2057/91. Não deve ser encaminhado ao Congresso Nacional.	
<u>SC de Assuntos Legislativos</u> – reunião extraordinária com vistas a proceder estudos sobre o substitutivo relativo ao PL 2057/91 (novo	

estatuto) e apensados. Estabelecer cronograma de trabalho para discussão com as comunidades e parlamentares.	
<u>SC de Planejamento, Orçamento e Gestão</u> – acompanhar execução do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.	
<u>SC de Planejamento, Orçamento e Gestão</u> – elaborar documento orientando os órgãos setoriais a considerar a questão indígena na elaboração de seus editais, realizando consultas prévias.	
<u>SC de Planejamento, Orçamento e Gestão</u> – realizar oficina de capacitação para monitoramento e uso dos instrumentos de controle e acompanhamento orçamentário.	

### **2ª Reunião Ordinária (Brasília, 30 e 31 de agosto de 2007)**

<b>Propostas aprovadas e outras deliberações</b>	<b>Situação</b>
Novo estatuto dos povos indígenas – realizar <u>seminário nacional</u> (novembro), seguido de <u>oficinas regionais</u> para estudo e discussão do PL n. 2057.	
<u>SC de Educação</u> – que a Funai realiza avaliação do PNE e apresente proposta.	
<u>SC de Educação</u> – que a Funai e Mec façam apresentação sobre o PAC da Educação, Proind, PDE-PAR e Conferência Nacional.	
<u>SC de Terras Indígenas</u> – apresentar uma listagem unificada das reivindicações de terras pelos povos indígenas.	
<u>SC de Terras Indígenas</u> – Funai deverá apresentar em plenário sua perspectiva e plano de trabalho das ações de regularização fundiária a serem adotadas pelo órgão.	
<u>SC de Justiça, Segurança e Cidadania</u> – aprovada pela plenária realização de uma oficina sobre o tema “Povos Indígenas e o Programa Nacional de segurança Pública e Cidadania”, durante o Encontro Nacional de Direitos Humanos.	
<u>SC de Justiça, Segurança e Cidadania</u> – a secretaria executiva da CNPI deverá encaminhar aos órgão competentes denúncia em relação aos Enawenê/MT, solicitando providências.	
<u>SC de Saúde</u> – a Funasa deverá viabilizar os meios para que os membros da CNPI (indígenas e não indígenas) participem das reuniões relacionadas com a portaria 1163/1999.	
<u>SC de Gênero, Infância e Juventude</u> – a SE-CNPI deverá encaminhar às organizações indígenas cópias do decreto n. 6117 e o Projeto de Lei n. 1057/2007 (“infanticídio”).	
<u>SC de Gênero, Infância e Juventude</u> – a SE-CNPI deverá encaminhar às organizações de mulheres indígenas consulta sobre a importância da Coordenação de Mulheres Indígenas no âmbito da Funai.	

<u>SC de Gênero, Infância e Juventude</u> – a SE-CNPI deverá encaminhar a criação de um banco de dados (não definido o tema).	
<u>SC de Gênero, Infância e Juventude</u> – os ministérios deverão encaminhar para a SE-CNPI, que posteriormente disponibilizará aos membros, informações sobre as ações e dotações orçamentárias para as mulheres, crianças e jovens indígenas.	
<u>SC de Planejamento, Orçamento e Gestão</u> – solicita da Funai (SE-CNPI) a criação de uma página para a CNPI no seu site, com links para páginas internas das subcomissões que possam servir para arquivar e disponibilizar documentos e informações obtidas.	
<u>SC de Planejamento, Orçamento e Gestão</u> – preparará minuta de ofício da SE-CNPI solicitando informações aos órgãos federais sobre as ações dirigidas aos povos indígenas. Junto ao ofício será anexado um formulário/roteiro para apresentação dessas informações.	
<u>SC de Planejamento, Orçamento e Gestão</u> – será elaborado e encaminhado a SE-CNPI minuta de ofício solicitando a Funai que apresente a plenária a proposta de reestruturação da Funai, conforme foi aprovado na 1ª Reunião Extraordinária da CNPI.	

### **3ª Reunião Ordinária (Brasília, 10 e 11 de outubro de 2007)**

<b>Propostas aprovadas e outras deliberações</b>	<b>Situação</b>
Que quando os estados encaminharem ao MEC seus planos de trabalho no âmbito do PAR (Plano de Ações Articuladas), o ministério deverá submetê-los a apreciação da CNPI antes de devolver as propostas aos estados. Isto para que, caso haja sugestões de membros da Comissão, possam ser encaminhadas para apreciação do MEC.	
O Plano Nacional de Educação deverá ser objeto de uma avaliação independente	
Convidar o DNIT para apresentar a sua proposta com relação ao PAC, na área de transportes, para a CNPI.	
Os membros da <u>Subcomissão de Etnodesenvolvimento</u> deverão ser informados sobre o andamento dos trabalhos de levantamento realizado pela Funai relacionados com as obras do PAC, bem como participar das reuniões da equipe que está conduzindo os trabalhos.	
Que o MJ publique a revogação da portaria relacionada com as terras indígenas de Santa Catarina.	
Convite à subchefia de assuntos federativos da Presidência da República para participar da próxima reunião da CNPI.	
<u>SC de Educação</u> deverá receber da Funai o detalhamento dos estudos sobre línguas indígenas.	

#### 4ª Reunião Ordinária (Brasília, 12 a 14 de dezembro de 2007)

Propostas aprovadas e outras deliberações	Situação
?????	

#### 2ª Reunião Extraordinária (Baia da Traição/PB, 13 a 14 de março de 2008)

Propostas aprovadas e outras deliberações	Situação
<u>SC de Etnodesenvolvimento</u> – por sugestão do presidente, membros desta SC participariam de reunião com o Banco Mundial, com vistas a tratar da utilização do saldo do PPTAL para implementação de ações no campo do etnodesenvolvimento, inclusive fora da Amazônia Legal.	
<u>SC de Assuntos Legislativos</u> – no que se refere à realização das consultas regionais e nacional necessárias à retificação e ratificação da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas que será apresentada pela Subcomissão de Assuntos Legislativos, foi Aprovada a programação proposta pela subcomissão, a depender de questões práticas, como tempo hábil para realizar licitações e outras questões ligadas à logística	
<u>SC de Assuntos Legislativos</u> – Aprovada proposta do presidente da CNPI no sentido de que a Funai se articule com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, a fim de integrar o programa de editais para universidades e organizações com pesquisas na área de direito, sobre projetos de lei. O objetivo é que um dos 8 editais que serão lançados esse ano seja a respeito do Estatuto dos Povos Indígenas, a fim de complementar e trazer novos recursos para os esforços voltados para os estudos e levantamentos sobre o assunto. Cada edital tem o valor de R\$ 70 mil reais, e a previsão para lançamento é o mês de abril.	
<u>SC de Terras Indígenas</u> - Que a Funai e a CGID consolide a lista de balanço de terras indígenas e a apresente impreterivelmente até a próxima reunião, para que possam trabalhar no estabelecimento de critérios e prioridades para a seqüência do processo de regularização fundiária, considerando os recursos humanos e financeiros escassos.  O presidente informou que Paulo Santilli, não pôde comparecer em razão de problemas de saúde, destacando que o mesmo está trabalhando para que a lista possa ser disponibilizada, inclusive na internet, o quanto antes. Propôs que na reunião extraordinária a acontecer em abril sentem-se com Paulo Santilli para serem informados do andamento desta questão.	
<u>SC de Terras Indígenas</u> - Que a Diretoria de Assuntos Fundiários informe sobre o andamento da articulação com o Inca sobre o mecanismo de consulta recíproca para a criação de assentamentos e terras indígenas e para o aprofundamento do convênio de cooperação técnica já existente no que se refere à participação do referido órgão no processo de regularização fundiária de terras indígenas. O presidente Propôs que na reunião extraordinária a acontecer em abril sentem-se com Paulo Santilli para serem informados do andamento	

desta questão.	
<u>SC de Gênero, Infância e Juventude</u> – o presidente propôs, como encaminhamento prático, que a subcomissão prepare documento a ser enviado à Secretaria Nacional de Juventude a fim de que esta considere criar uma bancada indígena independente das estaduais, propondo-se ainda a conversar com o Secretário Nacional sobre a situação relatada pela bancada indígena.	
<u>SC Empreendimentos com impacto em terras indígenas</u> – a Secretaria Executiva deverá providenciar, a cada reunião, a atualização do documento que sistematiza as ações processuais em andamento no Judiciário, relativo às obras do PAC, produzido pela AGU. A Dra. Alda comprometendo-se a apresentar lista sobre ações processuais em andamento no Judiciário com relação ao PAC.	
<u>SC Empreendimentos com impacto em terras indígenas</u> – a SE-CNPI deverá solicitar a instância competente lista organizada de empreendimentos previstos no PAC, destacando aqueles com impactos sobre terras indígenas, indicando quais as terras e povos indígenas serão afetados, fase dos empreendimentos e tipos de impactos previstos.	
<u>SC Empreendimentos com impacto em terras indígenas</u> – a SE-CNPI deverá solicitar que a Casa Civil disponibilize documento explicativo sobre como o PAC tem sido gerenciado e acompanhado pelas instâncias governamentais.	
<u>SC Empreendimentos com impacto em terras indígenas</u> – a SE-CNPI deverá solicitar ao setor competente documento explicativo sobre todo o processo de licenciamento dos empreendimentos, contendo informações como fases, atores, instrumentos, mecanismos, legislação, entre outras, destacando ainda as especificidades da incidência sobre as terras indígenas.	
<u>SC de Saúde</u> – o presidente informou que o Planejamento Estratégico da FUNAI trará na próxima reunião informações sobre o um novo setor, chamado Coordenação de Promoção Social, que incluirá saúde, assistência, entre outros temas, já tendo assumido a pessoa que será responsável pelo setor, a sra. Irânia Marques.	
<u>SC de Saúde</u> - Que a Funasa e o MPF contemplem a CNPI no que se refere ao acompanhamento da questão relativa à sentença judicial e seus desdobramentos.	
<u>SC de Políticas Públicas</u> - a Subcomissão se comprometeu a apresentar, na próxima reunião ordinária, em que ponto se encontra o inventário das ações dos órgãos do Governo Federal dirigidas aos povos indígenas.	
<u>SC de Políticas Públicas</u> - a Subcomissão deverá desenvolver proposta, com apoio da Funai, com vistas a adaptar as regras e exigências de editais e concorrências de projetos para viabilizar a participação dos povos indígenas, observando os preceitos jurídicos característicos desses processos de concorrência. Concluída essa fase, a Subcomissão deverá propor mecanismo para que a proposta seja apresentada aos órgãos responsáveis pelo lançamento desses editais, a fim de sensibilizá-los no sentido de considerarem as peculiaridades dos povos indígenas.	

<p>Pierlângela Wapichana sugeriu que o Planejamento Estratégico da Funai entre como ponto de pauta de uma próxima reunião ordinária da CNPI, proposta esta aprovada pela plenária, deixando-se portanto o debate para a referida ocasião.</p>	
---	--